

USO DE AGROTÓXICOS EM DIFERENTES ÁREAS DE CULTIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Coordenador: VERA MARIA STEFFEN

Autor: MARIANA FAGUNDES LIMBERGER

INTRODUÇÃO: O Rio Grande do Sul é um Estado basicamente agrícola, caracterizado pelo uso extensivo de agrotóxicos (AT). Apesar de seus benefícios, associados ao aumento da produção e redução das perdas pós-colheita, quando não utilizados corretamente, podem causar sérios danos para a saúde humana. O potencial de risco fica aumentado significativamente pela carência de conhecimento por parte dos trabalhadores expostos. Além disto, os efeitos danosos dos AT não dizem respeito apenas a saúde dos mesmos, mas à população em geral, principalmente em decorrência da contaminação ambiental e da possibilidade de intoxicação pela ingestão de produtos contaminados. Como reflexo, a utilização de AT constitui um dos importantes problemas de saúde pública, necessitando estabelecimento de medidas preventivas e corretivas para que a probabilidade de ocorrência de efeitos injuriosos ao homem e ao meio ambiente encontre-se dentro dos limites aceitáveis, garantindo os princípios básicos do desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO: Considerando a ampla utilização de AT no RS e que a exposição freqüente e continuada pode acarretar danos significativos a saúde humana e ambiental, o objetivo geral deste trabalho é a análise de risco do uso de AT em diferentes culturas e regiões do Estado.

METODOLOGIA: A metodologia empregada neste trabalho seguiu o preconizado para avaliação de risco ambiental, segundo a Vigilância Ambiental em Saúde, consistindo em um estudo do tipo epidemiológico descritivo, através da aplicação de um questionário orientado aos produtores rurais, com uma amostragem representativa. A coleta dos dados foi feita mediante o preenchimento de um questionário constituído de quatorze perguntas, divididas em: dados pessoais, dados sobre os AT, utilização de EPIs e conhecimentos de acidentes com esses produtos. As perguntas foram elaboradas seguindo os objetivos da pesquisa, de forma a identificar os principais ingredientes ativos utilizados nas plantações, bem como relacionar a sua toxicidade em humanos e verificar as condições de exposição do trabalhador aos agentes químicos, considerando a forma de descarte e o meio de transporte utilizado para a aplicação destes produtos.

RESULTADOS: Os questionários foram aplicados, em 20 lavouras de cultura de soja, 24 de arroz, 5 de trigo, 25 de fumo, 2 de sorgo, 12 de milho e 11 de feijão, perfazendo um total de 99. Os municípios estudados foram: Minas do Leão, Guaíba, Frederico

Westphalen e Caiçara, Santo Ângelo, Horizontina, Dom Feliciano e Bagé. Em todas as culturas e regiões abrangidas, o AT mais utilizado foi o glifosato, sendo citado por quase 100% dos agricultores. Este herbicida, apesar de ser citado como pouco tóxico pela ANVISA, apresenta evidências de efeitos deletérios em seres humanos devido à toxicidade ambiental, causando danos indiretos e levando à resistência de algumas espécies de ervas que se adaptam após o uso prolongado. Por ser inovador no mercado, nos remete a insegurança de seus riscos, levando a danos que não podemos ainda qualificar ou quantificar. Além do glifosato, podemos destacar a incidência de uso de organofosforados (OF), piretróides (PIR) e sulfoniluréias; a maioria dos agricultores entrevistados faziam uso de pelo menos uma dessas classes. Os OF representam a classe de AT com maior frequência estatística de acidentes com morte notificados no RS, muitos por suicídio associados a severo grau de depressão causado pela exposição ocupacional aos próprios OF. Os PIR são classificados, de uma maneira geral, como altamente tóxicos. Dados epidemiológicos, evidências clínicas e outros estudos indicam que os PIR podem ocasionar efeitos imunotóxicos e neurotóxicos em humanos e outros mamíferos. As sulfoniluréias são classificadas como medianamente tóxicas, sendo pouco absorvidas através do trato gastrointestinal de animais e do homem; a absorção pela via dérmica também parece ser insignificante. A maioria dos entrevistados fazem uso ou disponibilizam EPIs para a aplicação dos AT. A preocupação com a segurança individual e coletiva deve ser priorizada no uso desses produtos, e foi muito salientada nos locais onde foram aplicados os questionários. Não foi observada a reutilização das embalagens em nenhuma das propriedades e a maioria dos entrevistados possui um espaço destinado para a armazenagem dos AT. Em relação ao descarte, de uma forma geral os agricultores devolvem as embalagens vazias ao local onde os AT foram adquiridos. As aplicações de AT nas propriedades foram realizadas de duas principais formas: aérea e com o uso do trator. Na aplicação aérea observou-se a utilização de GPS (Global Positioning System) e EPIs (máscara de proteção para gases, luvas, óculos, botas, roupa especial). Nenhum agricultor relacionou uso de sinalização humana durante a aplicação. No caso do uso do trator estes EPIs não foram utilizados pelos condutores, sendo estes informados do risco associado. **CONCLUSÃO:** Estes resultados evidenciam o alto grau de risco de agravos à saúde a que estão sujeitos trabalhadores rurais em contato com AT e evidenciam a necessidade de que a informação dos riscos da exposição e do uso inadequado de AT seja incorporada a políticas públicas de prevenção e saúde do trabalhador rural. O uso indevido de AT pode causar uma série de danos aos trabalhadores rurais. Porém, a verificação das condições de exposição do indivíduo ao produto, como a forma de transporte,

manuseio, armazenamento, uso de EPIs e correta aplicação, podem ajudar a tornar viável o uso destes produtos, prevenindo e atenuando os danos a saúde humana e ao meio ambiente. Desde que bem orientados e seguindo procedimentos adequados, os trabalhadores rurais podem ajudar a tornar positiva a interação homem-agrotóxico-meio ambiente, justificando assim, as ações de avaliação e comunicação do risco propostas neste trabalho.